

---

ESTRATÉGIA POLÍTICA E DIPLOMÁTICA  
NO INTERIOR DO ADVERSÁRIO

---

*Luís Gonzaga-Ferreira*

---

## ESTRATÉGIA POLÍTICA E DIPLOMÁTICA NO INTERIOR DO ADVERSÁRIO

---

### INTRODUÇÃO

Para começar há uma observação que gostaríamos de fazer ao título — e não se trata de crítica, tenha-se isso presente, mas tão-somente de uma reflexão que o mesmo suscita, essa observação decorre do uso da palavra estratégia. A primeira tentação é afastá-la do título. Porque estamos aqui falando não de guerra, mas sim de diplomacia. E porque esta esteve intimamente ligada ao fenómeno da guerra no passado e hoje ainda o está, até certo ponto, e porque estratégia é ou foi uma disciplina específica da guerra, a conotação evidente, podendo induzir em erro e interpretação incorrecta, pareceria aconselhar a que desde início se eliminassem causas de confusão, cometendo a cada uma dessas actividades, não só as áreas próprias de competência, como os conceitos que por isso lhes são mais adequados.

Com efeito, se se tem por estratégia a conjugação de meios para bater o adversário ou inimigo, então diplomacia não a usa ou não a usa como regra. Podemos convir, numa primeira aproximação, em que a actividade diplomática é, deve ser considerada como a busca constante da conciliação e entendimento. Utilizar o conceito original de estratégia em relação à diplomacia seria, por conseguinte, viciar desde o início toda a interpretação do fenómeno que temos entre mãos. Mas a carga semântica contida na palavra é por demais atractiva, o que tem levado a que a tornem extensiva, por analogia, já hoje perfeitamente legalizada, a outras actividades e domínios. Seria então o conjunto de meios e de acções para atingir certo fim. E nesse caso, a política externa define de facto a sua ou as suas estratégias e a diplomacia, ao aplicá-las, pode também arrumar os elementos de que dispõe segundo o esquema que se tem como mais útil para a obtenção de um certo fim: negociar as contrapartidas à cooperação; ou um Acordo em que a transportadora aérea nacional alcance as vantagens que se propõe; ou uma convenção de extensão de

medidas de segurança social aos emigrantes; ou um financiamento com os períodos de graça mais convenientes.

Desta forma, já nos acordamos com uma parte importante do título. E para que de facto assuma todo o peso do significado que se lhe quer atribuir e reproduza em chave mestra a essência de uma actividade que liga os dois planos interno e externo da vida do Estado e da Nação, pensamos que seria talvez mais apropriado designar o tema por «Estratégia política e diplomática na defesa do interesse nacional», que oferece a vantagem de situar a política externa e a diplomacia como elementos primordiais do conceito amplo de defesa.

### *POLÍTICA EXTERNA E DIPLOMACIA*

Aqui reside com efeito motivo de grande confusão de conceitos quer na comunicação social, nos meios políticos e até, o que é mais grave, entre tratadistas. Convirá, por conseguinte, antes de prosseguirmos ou, com mais propriedade, para melhor prosseguirmos, que façamos a parte das coisas e nos acantonemos às fronteiras e limites precisos dos dois conceitos.

Tem a diplomacia sido objecto das maiores acusações e críticas. É evidente que, à semelhança de qualquer actividade dos homens, está ela sujeita a altos e baixos, a cometer deslizes e erros. Mas mais certo seria atribuir à confusão que se faz entre diplomacia, como emanção, e a fonte donde emana, a maioria das críticas e acusações.

Todos se recordarão de que o Presidente Wilson foi, talvez, o melhor representante do sentimento, que se generalizara, de que fora a diplomacia do século XIX a causa da guerra de 14. A hegemonia da Europa não sofria contestação e a diplomacia restringia-se a esse concerto de nações, solidárias entre si, mesmo quando em conflito. Os séculos XVIII e XIX são isso, querelas íntimas que uma diplomacia apropriada resolveria, em forma que se tinha por aristocrática, distante, sóbria e discreta, na medida do meio donde provinham os seus agentes. Poderemos dizer, com propriedade, que como instrumento do querer dos Príncipes a diplomacia se apresenta com a qualidade e os defeitos próprios de uma certa política. Ora a quem caberá o fracasso do sistema ou da política da balança de poderes que culminaria a sua trajectória na Guerra de 14-18? Culpou-se a diplomacia e os diplomatas vieram a pelourinho. Mas aí como noutras ocasiões,

confundia-se autores da política externa e os seus agentes e instrumento. E o Presidente Wilson que, na sua singeleza, se insurgia contra a diplomacia como causadora de todos os males e horrores da Europa em guerra, viria, ele mesmo consagrar em pessoa o ponto que queremos salientar: os autores da política externa não resistiram à tentação de eles próprios assumirem a execução dos planos que conceberam, e aí temos Versailles, Versailles onde se gerava o monstro de 1939. Esse seria um dos mais tristes casos de diplomacia directa.

Confundindo médico com bisturi, inicia-se uma campanha de suspeita e condenação da diplomacia, quando ela não fora mais do que o instrumento da política dos Príncipes e dos seus chanceleres. Não era a diplomacia que devia estar em causa, mas a concepção política prevalecente no século XIX, o sistema de equilíbrio europeu. Mas o certo é que a aversão do Presidente Wilson a tudo o que fosse prática diplomática, designadamente a do segredo na negociação, teria em breve de render-se perante a realidade e seria ele o primeiro a fazer marcha atrás ao passar a negociar em Versailles ao abrigo de baionetas e, dessa maneira, bem protegido da indiscrição do grande e pequeno público. Aí também se confundiam acordos secretos, apenas possíveis pela vontade do poder político e necessariamente condenáveis, e segredo da negociação.

Na não destrinça entre a política do Príncipe e a sua aplicação prática, surgiria muito da incompreensão que tem prejudicado a interpretação destes fenómenos.

A política externa é a obra dos governos e não dos diplomatas. E é, ou deverá ser, através deles, governos, que todos os elementos e influências, quaisquer que sejam as fontes (sendo a diplomacia apenas uma delas), devem ser canalizados, dirigidos e utilizados. Teremos a política externa como um corpo vasto, espesso e sólido e que se quer coerente; feito de opções e objectivos que devem estar bem claramente diferenciados na mente do governo, perfeitamente realizáveis, mas ao mesmo tempo flexíveis suficientemente, para que se proceda às transformações que a conjuntura determine e que, neste caso, recolhe tanta incidência de forças e interesses de fora das fronteiras e logo não controláveis pelo interesse nacional, pelo menos em forma imediata.

Política externa, que não devemos também confundir com política internacional, será a conjunção e ordenamento das opções e objectivos que

no plano das relações com outros Estados mais concorrem para a defesa do interesse nacional.

Temos aqui, já, alguns elementos que requerem desenvolvimento e reflexão pois que determinam o quadro de toda a influência externa.

Para quem como nós frequenta este curso, o conceito chave de interesse nacional suscita logo a sua relação com o conceito de defesa nacional. Diríamos que a sua componente externa que é a política do Estado na sua relação com os demais Estados e grupos de Estados ou de interesses, deverá ser organizada por forma a que dessa relação se retire o máximo proveito possível para as suas populações nos domínios material, cultural e social. Apetece aqui reter a definição de um autor americano de que o interesse nacional se baseia nos valores da comunidade nacional, os quais serão o produto da sua cultura e da expressão da sua coesão. Por conseguinte, os agentes diplomáticos, agentes da política externa, deverão ter, em todo o momento, como única preocupação buscar, no respeito das regras internacionais a preservação dos valores nacionais.

E só aí se confundirão autores e agentes diplomáticos da política externa: defesa intransigente do interesse nacional, desses valores nacionais.

E nesse domínio, se os responsáveis pela política externa têm de estar livres de todas e quaisquer influências subjectivas (de antipatia ou simpatia) na apreciação das relações do seu com outro país, também esses agentes têm de agir de igual modo, neutrais, frios e imparcialmente. Só o interesse nacional, e não a idiossincracia, deve ser o condutor da política externa, o norteador das acções que privilegiam a defesa nacional acima de interesses pessoais, partidários ou de organizações internacionais de partidos. Estamos neste momento a viver nós próprios um particularmente interessante exemplo do que se afirma, ao assistirmos à separação que homens políticos de vários países europeus fazem entre o interesse nacional, que privilegiam e prestigiam, e uma certa solidariedade internacional de partidos irmãos que também partilham.

Caberia agora perguntar:

Qual o papel dos diplomatas na formulação da política externa? Pensamos que a sua influência será certamente bem-vinda pelos governantes, posto que da situação que ocupam junto de outros Estados podem retirar informação que será de utilidade para a escritura da política externa. Certo é haver outras influências, e todas elas darão material útil aos governantes.

Mas a influência do diplomata será sem dúvida determinante na aplicação prática diária e contínua e constante da política externa, onde a sua experiência e categoria poderão concorrer para encontrar o melhor enquadramento ou a melhor oportunidade.

E não se pense que o interesse nacional se dissocia de poder, tomando o poder como a expressão dos valores totais da Nação e do Estado num dado momento, e não apenas os que se quantificam. Esses são importantíssimos, sem dúvida. Mas não basta ter uma grande produção industrial ou as forças armadas dotadas de moderníssimos engenhos, se não houver uma vontade política nacional e se o sentir da comunidade estiver desvirtuado.

Há que não confundir poder com força ou com ameaça de recurso à violência. Ao poder podem assistir outros factores fundamentais como os de ordem psicológica ou moral. E todos conhecemos o erro de Stalin ao medir o poder do Vaticano pelo das divisões que não podia mobilizar. E há o caso do Vietname onde os factores psicológicos pesaram decisivamente e não a relação de forças e da técnica.

Entendamo-nos bem: não preconizamos, bem longe disso, qualquer teoria que privilegie um factor sobre os demais. Todos são concorrentes para o poder que deve considerar-se apropriado à função do Estado perante si próprio e os demais. Entendemos que não será válida a política externa e concomitantemente falhada será a diplomacia inerente, se não erradicarmos das possibilidades mesmo as mais remotas, que sejam fuzileiros estrangeiros a correr para defender os Açores ou que, em caso de guerra, outras forças estrangeiras tenham a capacidade jurídica de Acordos firmados com Terceiros de intervir em território continental nacional para assegurar a integridade da península. Tudo devemos fazer para que sejamos nós a cabalmente assumir essa responsabilidade. Está aí o caso da Argentina: a sua impreparação e a falta de propósito. A vacilação em política militar é tão prejudicial como a vacilação em política externa, dizia o general Bradley. O que vem a dizer que tem de haver unidade e coordenação entre todos os que defendem os interesses do Estado. E assim diplomacia e estratégia se condicionam estreita e reciprocamente. Devemos pois fazer jus à definição de poder internacional, o qual nada mais é que a imagem do país através do complexo que se estabelece de factores morais, psicológicos e físicos que se expressa em violência na guerra e por meios pacíficos na paz através da diplomacia e da negociação.

Temos assim que o poder contará com dois elementos fundamentais: o factor militar e todos os demais que se abrigam sob a designação de elementos não coercivos. Todos eles se resumem, no fundo, a oferecer no plano externo credibilidade e coerência.

Devemos confessar que nos impressionaram profundamente dois factos recentes que trouxeram a este assunto uma particular luz: o editorial do «Expresso» de há semanas atrás sobre a visita de Samora Machel e as recentes declarações de Paulo Jorge em Lisboa. Declarava o Ministro angolano que com «certa frequência deparamos com um novo governo em Portugal» e que essa frequente mutação governativa portuguesa estaria impedindo que a cooperação atinja nível mais elevado. O «Expresso», no seu editorial, afirma que Machel se teria oposto a que, logo a seguir ao 25 de Abril, vários oficiais portugueses passassem, com as respectivas tropas, para o lado dos guerrilheiros. O Presidente Machel queria, não a desagregação das Forças Armadas, mas que a questão do poder se definisse em Lisboa para: 1.º, saber com quem dialogar e 2.º, ter a certeza de serem cumpridos os acordos que se fossem estabelecendo. À luz disto, acrescenta o editorial, se compreenderia porquê Samora Machel não tinha nunca considerado o Governo de então como o interlocutor válido, pela ambiguidade que sempre pôs nas relações de Lisboa com Maputo.

Creemos que estes factos, o segundo em especial, e sendo o relato correcto, são por demais elucidativos.

Todo o autor da política externa deve coibir-se de enveredar por estratégias militares ilusórias para evitar fracassos estrondosos, devendo traçar antes objectivos políticos com a componente militar correspondente em termos razoáveis, isto é, realizáveis, e à medida das responsabilidades nacionais. Ninguém espera, muito menos nós, que nos armemos de um poder militar para atacar quem quer que seja, próximo ou afastado. Mas já nos tomarão menos a sério, se qualquer eventual invasor souber de antemão que entrar pelo país será como que passeio turístico ou parada em dia de júbilo. Nem mais nem menos. E não haverá diplomacia válida com uma política equivocada, irrealista, louca, que ignore as nossas potencialidades ou exagere as nossas ambições. Há que ter em conta os objectivos permanentes e vitais e ater-se a eles e, em seguida, atender-se aos objectivos parciais de cada fase das operações da diplomacia e de cada campo ou área onde se aplica: pois uma política externa não pode ser alterada caprichosamente. E tem de partir do estudo aturado das condições

gerais da Nação para delas sacar todas as potencialidades e colmatar as brechas que resultem das debilidades.

Há que dar à política externa tudo menos improvisação. Flexibilidade, mas não improvisação. Antes solidez, continuidade, programa, previsão e permanência.

Temos falado várias vezes sobre a diplomacia como instrumento ou técnica de aplicação da política externa. Mas não é único e exclusivo instrumento, como veremos no lugar próprio.

### *ACTUAÇÃO EXTERNA*

#### *ÂMBITO DA ACTUAÇÃO DIPLOMÁTICA*

Cabe dizer que a diplomacia se inicia, nos tempos mais recuados, a partir da necessidade de condicionar a guerra ou de lhe resolver os estragos depois de concluída. Essa diplomacia embrionária ligada à guerra e à política inerente que evoluiria até à dos séculos XVIII e XIX, com a política da balança de poderes, poderia levar a pensar que a política seria a constante do binómio amigo-inimigo e que por conseguinte a guerra também seria a consequência inevitável da política. O exame de certas épocas poderia levar-nos a essa conclusão cínica e a admitir, em consequência, que a diplomacia surgiria não como um contrapeso à guerra, mas tão-somente como um seu reflexo ou apêndice. Guerreava-se a quando os homens e os erários se enfraqueciam, parava-se para reganhar forças. E aí intervinha então a diplomacia para compor essas tréguas. Será curioso chamar agora aqui a ideia de que foi o termo da guerra limitada e a passagem à guerra total, com o necessário corolário da rendição total e logo a seguir a explosão político-social que foi e é a constituição da sociedade internacional, que levariam, a nosso ver, a pôr em causa a diplomacia tal como durante tanto tempo se concebera. Com efeito, ela passa a ser também instrumento de reforço de um novo conceito: o da comunidade — comunidade internacional — em que o Mundo se transforma. Penso que daqui poderíamos, sem grande esforço, dar um salto e projectar-nos para uma conclusão: a de que no sistema bipolar actual haverá duas diplomacias, ou talvez com mais propriedade dois métodos diplomáticos, o dos grandes blocos tomados como tal, como entidades próprias, onde de facto a diplomacia não sendo fatora de guerra (nunca pode nem deve



ser) se rege entretanto segundo coordenadas que se imbrincam nas da guerra. E o outro método, o da diplomacia construtiva que só persegue objectivos de paz e progresso.

Gostaríamos assim de sistematizar um pouco. Teríamos pois:

- Diplomacia de blocos e guerra geral: permanente ameaça — permanente tensão na guerra não declarada, incluindo a extensão da estratégia; mas aqui inseriríamos ainda;
- Diplomacia de blocos por interposto agente e com guerra localizada eventual; e
- Diplomacia construtiva — bilateral e multilateral, fora do contexto da guerra geral e dos dois blocos, embora reflectindo necessariamente as tensões bipolares (o caso dos Não-Alinhados, como exemplo)

Com este esquema ou outro que se tenha por melhor, o que parece de salientar é que não nos podemos circunscrever à ideia de que a diplomacia é hoje apenas uma prática ligada à guerra e a tudo o que a envolve, incluindo a «political warfare». Isso seria limitar a actividade do Mundo à dos dois polos. Se isso é verdade em certo sentido, não o é para o conjunto de todos os dados.

Por isso, cabe chamar para este raciocínio e agora, um aspecto fundamental e que nem sempre estará na inteligência dos interpretadores ocidentais (e talvez tão-pouco nos do mundo de Leste). Assistimos desde os anos 60 ao aparecimento de todos os novos ou renascidos Estados em África, na Ásia e Pacífico, nas Caraíbas. Agrupam-se esses Estados em organizações várias que intentam criar força onde individualmente não existe. Mas quer a título individual quer colectivo-regional, serão as preocupações dos seus dirigentes as mesmas dos dirigentes dos dois polos do sistema ou dos países que lhes são mais próximos? Seria o comunismo para os homens de Bandung o mesmo monstro aberrante que para o resto do Mundo? Ou não teriam sido antes o colonialismo e questões anexas? E não serão agora as da sobrevivência?

Cremos que isso é verdadeiramente mais importante do que discutir se há uma diplomacia nova e uma diplomacia antiga. Há, sim, uma disciplina onde perdura a mesma natureza, a de buscar-se a solução de diferenças, a da consolidação da harmonização entre Estados mediante a convergência dos pontos similares e a dissolução dos divergentes.

Numa sociedade internacional tal como a conhecemos hoje, surgida das fracturas da II Grande Guerra, da instauração do sistema bipolar e da explosão do princípio da autodeterminação com a espantosa expansão do leque das soberanias, as velhas regras, as do século da hegemonia da Europa ou são postas de lado ou de tal forma transformadas que ninguém as reconhece. Mas a natureza da diplomacia não se alteraria. Este ponto a nós se nos afigura como importante para a compreensão de qualquer estratégia política ou diplomática junto de outros países.

Entre as duas guerras, e por conseguinte ainda anterior ao actual sistema, mas como que numa antecipação, assistimos ao aparecimento do que se convencionou chamar de «diplomacia revolucionária», (mas que se situa entre aspas) que concorreu, e não pouco, para se pensar, que havia chegado o fim da diplomacia, quando seria esta, no momento apropriado, a retomar senhoria. Diz-se de extensão da estratégia, como mais adiante veremos, que será o tratamento e melhor arranjo dos meios disponíveis por parte de um dos polos do actual sistema por forma a bater o outro no estado de guerra política em que os dois grandes vivem.

Da mesma forma nos atreveríamos a dizer que o que se chamou e ainda se chama de diplomacia revolucionária, não é outra coisa que «extensão revolucionária». Porque diplomacia não será, já que como revolucionária persegue objectivos perfeitamente contrários aos que se tem por serem os únicos legítimos daquele disciplina. O que se tomou por diplomacia revolucionária, não só se distinguia pelos objectivos, como pelos métodos e pelo tipo humano em jogo. Era esse tipo humano em geral totalmente alheio à prática social e ao trato diplomático, apenas obcecado pela expansão mundial da revolução e o derrubamento da ordem internacional prevalecte, pelo que negociação e compromisso apareciam como aberrações que se podem usar como expedientes temporários, mas só isso. Dissemos que a diplomacia retomou senhoria. De facto, o internacionalismo revolucionário e proletário deu lugar, em certa medida, a um aburguesamento e os Estados a favor da revolução mundial enveredaram pela prática de uma diplomacia moldada às regras jurídicas e de comportamento e conduta do Mundo tido por civilizado. Mas a mudança é só aparente. Por detrás da diplomacia em moldes aceitáveis, perdura a extensão revolucionária. Daí, que possam aqueles a quem não sorri a revolução soviética e proletária usar de extensão contra-revolucionária para combater o que

têm por inimigo. Mas que não se recorra jamais a um tratamento semelhante pela via diplomática. Se a União Soviética e os Estados Unidos e algumas das potências médias com fumos ainda de importância mundial se acusam de uso de métodos menos correctos e decorosos, que o façam em relação a outros instrumentos da política externa. Mas que deixem à disciplina das relações entre Estados a clareza e limpidez e o cumprimento estrito das regras, pois assim se guardará sempre uma esperança de aproximação e entendimento. A pureza na prática diplomática trará respeito e dignidade, e disso só se colherá benefício.

Cabe referir aqui uma certa diplomacia de combate. Entendemos que aí como entre política externa e diplomacia, se situa vasta zona de confusão. Se em período prévio de conflito ou já em plena actividade bélica, a diplomacia pode e deve exercer uma acção que em nada desmerecerá da sua forma e propósitos mais correctos — pensamos na busca de aliados contra o inimigo de maneira a isolá-lo e a cercá-lo ou para a provisão do Estado em bens essenciais, na preparação dos resultados políticos da guerra e na consolidação da ordem internacional após a vitória, já em plena guerra política se não pode, no nosso entender e diferindo aqui de vários tratadistas, se não pode ou não se deveria falar de diplomacia de combate.

Deverá com efeito chamar-se de diplomacia, mesmo se adjectivada de combate, a uma actuação que em vez de apaziguar, prossegue uma forma de hostilidade em que todos os meios podem ser tidos por bons para a dissolução ou destruição do poder do adversário? Cremos que saímos dos limites da diplomacia e entramos abertamente nos da política. Aí nos deparamos, em pleno, com meios e instrumentos usados no plano externo não militares, mas tão-pouco diplomáticos, e que caracterizam uma das componentes do relacionamento entre Estados debatendo-se com a «Political Warfare», sendo a outra componente a diplomacia construtiva para o trato corrente e normal entre Estados. Como já se afirmou, em tempo de guerra não declarada, com a sua mais expressiva manifestação na guerra fria e seus sucedâneos, a guerra económica, a guerra psicológica e a subversão, incluindo a espionagem e a propaganda organizadas em grande escala, são meios que, facilmente se compreenderá, nada têm a ver com a diplomacia, mesmo se alguns países os canalizarem de forma

mais ou menos regular através de agentes colocados nas missões diplomáticas, ou da utilização de assembleias diplomáticas para propaganda e denúncia de políticas reciprocamente apontadas como agressivas.

### **INSTRUMENTOS NÃO DIPLOMÁTICOS DA POLÍTICA EXTERNA**

Tendo bem presente no nosso espírito que quase desde o início deste século assistimos a um fenómeno que se não é totalmente novo assume porém tais proporções que toma foros de novo, referimo-nos ao da ideologia como alimento das políticas externas e necessariamente com repercussões nos instrumentos políticos de uso exterior, e até na diplomacia, podemos passar a examinar os meios não diplomáticos de influência.

Como instrumentos e meios não diplomáticos que podem e são usados com vista a influenciar indivíduos ou sectores de opinião em países com os quais se está em conflito ou na sua preparação, designadamente no caso da guerra política que é o que separa os dois grandes blocos mundiais, temos a propaganda e a espionagem.

Em si mesmo, a propaganda será um instrumento neutral. Segundo certo autor a arte da propaganda consiste «na omissão, formulação e exposição sistemáticas e deliberadas, com o fim de modificar, depois de algum tempo, o padrão dos estero-tipos que as pessoas guardam na mente». Esta capacidade de mudança usada como arma subversiva é de um extraordinário poder ofensivo, debilitando a capacidade de resistência, a vontade e o interesse do corpo social visado, criando ou suscitando ódios inveterados a certos factos, pessoas, e políticas, indo ao ponto de afectar o sentir nacional. Temos exemplo disso na alterada opinião americana quanto ao Vietname ou a campanha pacifista que rola pela Europa agora.

De qualquer maneira, o uso que a propaganda viria a ter sob a direcção de Goebels acabaria por a carregar de sentido pejorativo e por a situar definitivamente como elemento negativo.

Apesar do que aqui se escreve, ou talvez por isso mesmo, caberá dizer que a propaganda, como a espionagem, deve ser usada com modos apropriados. O que é demais é sempre demais. Os autores e mentores destas práticas devem ter em mente que para além de certos limites, podem aquelas voltar-se contra eles.

Mencionou-se atrás a espionagem como pertencendo a um domínio que em nada concerne a diplomacia, não devendo, em nenhum caso, ser os agentes desta última a ocupar-se da primeira. Quanto muito terá a diplomacia que cruzar nas Missões permanentes com especialistas da outra actividade. É prática hoje e talvez em todos os tempos, mesmo quando a diplomacia era menos democrática, que aqueles especialistas exerçam e actuem sob a protecção do estatuto diplomático e na Embaixada como instituição organizada para representação em país estrangeiro, já que isso permitirá ao Estado que os envia recolher o que mais lhe importa ou julga importar, com uma certa segurança e protecção. Entretanto os funcionários diplomáticos prosseguirão nas suas tarefas, que não as da relação Estado a Estado, sem o risco do choque, sempre possível, entre agentes de serviços secretos e as autoridades do país receptor.

É evidente que em certas situações a fronteira será muito ténue e difícil de manter, ainda mais hoje, com todos os problemas de segurança que levanta o terrorismo internacional e em que a antecipação assume importância crucial. E como jogar antecipadamente contra o terrorismo internacional se se não participa de alguma forma no serviço de informações? Haverá talvez que reflectir-se, sem que isso suponha, sequer mentalmente, uma justaposição de funções, na diferença entre serviço de informações para efeitos de protecção e segurança e serviço secreto ligado à guerra política, onde o termo espionagem recebe toda a sua razão de ser. Essa diferença talvez tenha de ser devidamente considerada, como também deverá assumir-se a atitude de determinante repúdio por toda a actividade, que ultrapassando a recolha de informações, use a cobertura diplomática para agitação, subversão ou qualquer efeito ou resultado semelhante.

## *A DIPLOMACIA*

Parece que podemos agora chegar ao ponto que nos importava. Com este descascar de conceitos vários quisémos fundamentalmente deixar no nosso espírito, bem claro, a menos que não o tivéssemos conseguido, a destrição entre política externa e diplomacia e depois entre este instrumento e técnica privilegiados de actuação externa e os que a política pôde gerir dentro dos limites que a vontade ou a necessidade determinarem. A diplomacia, repetimo-lo, é uma obra para a paz, para a conciliação, é o ins-

trumento e a inteligência de compromisso, quando se não busca a confrontação e a guerra, antes o entendimento, a solidariedade e a cooperação. Haverá zonas onde a justaposição de acções, do uso de meios pode levar a uma fluidez na interpretação do conceito em causa. Mas não esqueçamos nesse caso, como orientação primordial, que a diplomacia privilegia o uso de meios pacíficos.

Neste ponto podemos também abandonar o pequeno artifício que utilizámos para ir balisando o caminho, o da existência de uma diplomacia construtiva: não há tal coisa como não há diplomacia nova e antiga.

Há apenas uma diplomacia votada, sim à construção da segurança e do interesse nacionais e hoje, numa extensão notabilíssima que só a enobrece, e que é o fruto da interdependência e da interacção entre os povos, também votada à construção da sociedade internacional.

É evidente que as relações entre Estados e povos estendem-se agora a quase todos os domínios da actividade humana. Todos nós, aqui presentes, se pensarmos um só minuto, veremos como no domínio que nos é próprio, se estabelecem laços de aproximação e cooperação: no desporto bilateral ou organizado regional e mundialmente, na saúde e emigração e trabalho, nos sectores das finanças e da cooperação económica, nas variadíssimas manifestações culturais, para não falar daqueles grandes domínios dos transportes e das telecomunicações, entre outros, em que a cooperação entre Estados toma formas já avançadas de organização colectiva mesmo supranacional. E é pertinente pensar-se que não pode a diplomacia arcar com a organização e a direcção de todas essas actividades. Tornar-se-ia impossível do ponto de vista técnico e não seria mais, ao fim e ao cabo, do que uma substituição, além de que coarctaria a acção e destruiria o dinamismo. Mas se isso é verdade, também o é o que a seguir se analisa. Na acção externa — e aí tudo tem repercursões políticas — há que ter em conta uma questão que pode concorrer para pôr em causa o que nos preocupa fundamentalmente neste curso: a análise dos problemas que suscita a consolidação da defesa nacional. Sem se cair na obsessão de que tudo é defesa nacional e que cada gesto deve ser pensado nesses termos, tem de se pensar, porém, que pela negativa se poderá concluir sobre o procedimento que se não deve seguir. E pela negativa quero referir a dispersa, despegada acção externa dos vários departamentos com vocação para fora. Não está em causa estabelecer subordinações, nem fixar competências técnicas, mas sim coordenação. Há por vezes protestos pela falta

de unidade na política externa quando certos centros do poder enveredam por acções externas políticas. Há que ver que a mesma unidade externa que se reclama na política, deverá primar o económico, o cultural, o social. Não cabe discutir aqui como organizar essa coordenação. Mas já cabe salientar, que a descoordenação prejudica as acções empreendidas, reduz a capacidade negocial do Estado e leva ao enfraquecimento e ao descrédito. Diremos em conclusão deste ponto, que para a consolidação do interesse nacional se impõe uma sábia gestão das contrapartidas no plano externo, e aí, sim, está a diplomacia apetrechada para o fazer da melhor maneira.

Sendo a vida dos povos um negócio de todos os dias e de cada momento, e com a intensidade que todos hoje lhe reconhecemos, é bem de ver que a par das actividades de que outros instrumentos da política externa são o veículo, a maior parte das tentativas de influência externa é levada a efeito pelos canais oficiais diplomáticos ou por comunicação directa. Com efeito, a função primordial do diplomata será a de explicar os objectivos do Estado no exterior. Isto é, à diplomacia cabe a tarefa da gestão da política externa no que ela tem de trato oficial entre Estados. Podemos assim reter a definição do Embaixador Chazelle de que diplomacia é o conjunto de meios e actividades específicas que um Estado consagra ao serviço da política externa, ou preferir a definição mais explícita e englobante do Embaixador Calvet de Magalhães: a de que é um instrumento da política externa, para o estabelecimento e desenvolvimento dos contactos pacíficos entre Governos de diferentes Estados, pelo emprego de intermediários mutuamente reconhecidos pelas respectivas partes. Já aqui temos, bem enquadrada, a função da diplomacia. Mas não posso resistir a evocar também, pela ênfase que nela é posta, o que pensa Fraga Iribarne: segundo ele, a diplomacia é a melhor criação da civilização para impedir que só a força comande as relações entre Estados.

O Estado actual, com poucas excepções, se as há, não pode já defender as suas fronteiras. Mas não só isso. A incapacidade para se auto-abastecerem, leva os Estados modernos a dependerem cada vez mais uns dos outros e a viverem sobre o que o exterior lhes poderá facultar. E daí a naturalmente procurarem fórmulas de cooperação orgânica, mediante a qual coordenarão fraquezas e forças, faltas e sobejos, as actividades de uns e outros ajustando-se por forma a de todas elas retirarem o maior proveito com menor dispêndio e assim nutrirem, vestirem e educarem as

suas populações. Este sistema terá, porém, uma consequência: as soberanias deixarão de ter a mesma amplitude e de desenhar-se com os mesmos ângulos. Aí também, no ordenamento desse sistema, à diplomacia caberá a direcção externa da coordenação das actividades em que se faz a transposição do plano estritamente nacional para o de uma direcção colectiva externa.

Essa a característica notável surgida depois da II Grande Guerra, isto é, passarem os assuntos internos a estar mais e mais ligados aos externos. Recordem-se apenas os casos da ajuda técnica, da assistência financeira. E nessa trama de interesses, a diplomacia deverá encontrar o fio que melhor ligue e coordene os meios necessários à sobrevivência nacional, que melhor acautele a defesa da soberania e as exigências da sobrevivência. Assim não deve falar-se de diplomacia nova ou antiga, mas de resposta a um desafio posto pelo acesso de tantas matérias ao trato e cuidado dos Estados. Hoje a diplomacia identifica-se com questões que teriam gelado os participantes ao Congresso de Viena. Mas o que importa é que o faz, e dessa forma e maneira, está a diplomacia contribuindo para substanciação do interesse nacional, defendendo o que temos e trazendo para a Nação o que mais importa com menos custo.

Mas o contacto externo pode ser conduzido pelos profissionais ou pelos políticos e seus próximos.

A democratização na sociedade internacional significa um acrescido número de dialogantes nacionais frente a frente na cena externa. Isso, e o salto técnico nos transportes e comunicações, põe em relevo um facto que já no passado se registara, mas que neste século tomou proporções que alguns autores não se coíbem de dizer que são alarmantes. Referimo-nos à diplomacia directa. Em todos os tempos praticaram os monarcas esse tipo de diplomacia e a tal ponto que já um comentador famoso do século XVI contra ela se insurgia. Depois, outros ensaistas e historiadores puseram em dúvida a eficácia dessa diplomacia empreendida pelos Chefes de Estado ou de Governo em contacto directo com os seus Pares de outros países. Ou foram, dizem os críticos, insucessos ou iniciativas demasiado arriscadas, mais perigosas do que as situações que se queriam resolver: Wilson em Paris, Chamberlain em Munique, Roosevelt em Ialta! E as razões são fáceis de compreender: o empenhamento pessoal do Chefe sem margem para recuo, a publicidade espectacular que muitas vezes antecede esses encontros impedindo depois uma verdadeira negociação, posto



que como Chefe não pode ceder onde já os profissionais o podiam fazer sem perda de face, o envolvimento emocional que se alimenta do próprio espectáculo. Mas, por maior peso que tenham os autores das críticas, antigas e modernas, o certo é que assistimos cada vez a exercícios desse tipo: grande é a tentação de pelo prestígio do Chefe, se forçarem os caminhos externos, obtendo influências imediatas.

Talvez devesse aqui evocar um outro aspecto a que os dirigentes políticos recorrem com demasiada frequência, em busca também de resultados onde a lenta progressão diplomática só os consegue a seu tempo. A diplomacia paralela pode ser legítima quando posta em prática pelos órgãos legítimos, ou ilegítima quando ofende o princípio da unidade da condução da política externa. Mas é uma diplomacia de resultados ilusórios, a maioria das vezes, porque, como bem se compreende, nenhum Estado organizado, fará fé ou aceita compromissos que não sejam confirmados pelas vias oficiais.

Pode às vezes, e isto é importante para o nosso tema central, que o agente paralelo dê mais ênfase a uma certa acção política, provando aos olhos e entendimento do país receptor, que estamos tão interessados no assunto em causa que até reforçamos as diligências do agente profissional no local, com o envio de um emissário especial ou Embaixador itinerante. Mas para que resulte, deve o agente extraordinário ser creditado através da representação oficial existente no país receptor.

### *PRÁTICA DIPLOMATICA*

Podemos passar agora ao exame das características e elementos integrantes da actividade diplomática. Embora praticada na Antiguidade, a diplomacia nos moldes que viriam a ser conhecidos, começou no século XV e desenvolveu as suas formas e expressão até ao século XVII: a criação de Embaixadores residentes entre as Repúblicas Italianas e a seguir nas cortes de França, Espanha.

É através dessas missões permanentes que toda a actividade e relacionamento de Estado a Estado ou de Estado a Nação, se deve processar.

Tem-se especulado não poucas vezes sobre a necessidade das mesmas. Há quem preconize que sejam substituídas por missões temporárias ou pelas que se mantêm junto das organizações multilaterais. Mas a realidade

é que, apesar de situações as mais críticas criadas aos seus representantes permanentes, os Estados persistem na manutenção das suas Missões.

Nesta matéria, haverá que ter presente que existe entre os países uma cadeia de interesses que não se compadece com o sistema de representação itinerante. Esses interesses obrigam a que se tenha nos países em causa missões que estabeleçam contactos para que no momento dado se accionem os mecanismos da reacção apropriada.

A questão não está em extinções ou substituições, mas no máximo aproveitamento de complementariedades e dos meios e recursos que nos são disponíveis, além de uma convergência unitária na componente externa que poupe energias e mais seguramente concorra para a finalidade única de toda a atenção nacional: a preservação e incremento do bem-estar e da segurança dos portugueses.

As tarefas fundamentais da diplomacia que eram as da representação, protecção, informação e negociação, poderemos hoje acrescentar as da informação activa, da promoção económica e da expansão cultural.

Pela representação, o Embaixador responsabiliza o Estado perante o que o recebe. Isto no que respeita as autoridades políticas desse Estado e os actos políticos em que participa. Mas a representação não se limita a essa actuação iminente oficial. Ela estende-se hoje a um leque muito vasto de domínios e ocasiões. E é aí que ao diplomata se oferece a possibilidade, tanto ou mais do que na representação estritamente oficial, de vir a captar a atenção dos sectores que contacta para os aspectos do seu próprio país que importa fazer sobressair.

Com a tarefa da informação, abordamos dois aspectos muito importantes: um que sempre imperou na actividade do diploma e o outro já mais recente. Quanto ao primeiro, a informação sobre a política do país receptor, a economia, a vida social e cultural, a vida económica etc. constitui caudal que se deverá manter regular e constante. Há países que reclamam das suas Embaixadas documentos de base sobre o sector judiciário, as forças armadas, a vida sindical, os agrupamentos partidários, o sector das minas, da educação, religioso etc. etc. que, depois as missões deverão ir regular e periodicamente alimentando e actualizando. É sobre estas informações que o Governo irá adaptando as linhas mestras da política externa ao abrigo do princípio de flexibilidade de que sempre deve dispor.

Referimo-nos aqui, evidentemente, à informação diplomática, aquela que é obtida por meios legítimos, reconhecidos e aceites pelo Estado receptor pois que consagrados na Convenção de Viena.

Invocámos a seu tempo a delicadeza que implica a formulação da política externa coerente, que tome em consideração, em forma estruturada, todas as necessidades do Estado que de alguma forma se relacionam ou dependam da conjugação de factores externos num dado momento. Este factor tempo dá a medida da necessidade ou urgência das adaptações conjunturais. Daí o rigor que deve o diplomata pôr na informação que canaliza para a central.

A par dessa informação, outra que baptizamos de activa e que se não deve confundir com a expansão cultural, embora em certos aspectos se toquem e possam justapor, tem como objectivo canalizar, mas sem os desvios pejorativos da propaganda, até à opinião pública do país receptor, a imagem que mais interessa colocar e cultivar do nosso próprio país.

Muito próxima, e mesmo aparentada a estas questões, vamos encontrar a expansão cultural. Mas atenção! pode a propaganda ir aí buscar alimento, tornando pernicioso o que é à partida límpido, transparente. Como pode aí a informação activa colher materiais ricos para parte importante da sua actuação. Preferimos, mesmo assim, diferenciar as duas tarefas, ambas votadas à valorização de uma imagem em país estrangeiro, mas cada uma ao fim e ao cabo, com as suas técnicas próprias e muitas vezes públicos diversos. Tanto assim que nas Embaixadas logo separam os agentes de uma e outra. Um cuidado fundamental será o de evitar toda a ideologia na promoção cultural, como aliás na informação activa. Se a promoção cultural pode e é isso que se procura, inclinar pessoas e grupos numa certa direcção, isso não comporta, porém, que se esteja forçando um comportamento que atente contra os interesses do país receptor, mediante compromissos políticos aberrantes.

Chegamos agora a uma das tarefas que durante muito tempo e até ainda hoje, muitos confundem com diplomacia, isto é, reduziriam esta a uma única manifestação: a da negociação. Mesmo o sentido mais lato que lhe querem dar, isto é, de que toda a acção oficial do diplomata é uma forma de negociação, não nos parece útil nem necessário. Devemos antes guardar-lhe todo o sentido próprio, que é o de preparação, discussão e condução de acordos.

É evidente que se diplomacia na sua dinâmica expressão actual, se não reduz à tarefa da negociação, ela encontra na negociação a expressão mais consentânea e pertinente à sua razão de ser. A negociação se bem concluída significa concertação entre Estados, entre interesses diversos.

E é também evidente que a negociação contém em si um potencial extraordinário de influências. Quer a negociação tenha em mira resolver conflitos e oposições ou, no caso extremo, compor a paz depois da guerra, quer vise apenas conciliar interesses divergentes, ela está influenciando o futuro, ela está trazendo, se for bem conduzida, às partes, a cada uma delas, os melhores arranjos que no momento se podiam lograr. E isso é influência, não só sobre pessoas ou grupos, mas sobre a conduta e destino da Nação inteira. Está aí tarefa nobre que deve ser sempre encarada com toda a reverência e em que nenhum descuido ou inatenção serão perdoáveis.

Mas que também se não esqueçam as palavras de um diplomata português, já citado: «Aqueles que só pensam nas suas razões e menosprezam ou ignoram as razões da outra parte, só muito difficilmente poderão chegar a conceber as soluções ou aceitar os compromissos que são necessários para se chegar a um acordo final».

Daí que ao estabelecer-se a estratégia da negociação — isto é, o conjunto de meios e a orientação geral, da competência do negociador, com vista a atingir-se os objectivos fixados pelo poder político — se não esqueça que é uma concertação que se busca e não uma derrota da outra parte.

Deixando de lado uma das tarefas importantes da acção diplomática, mas que não cabe nesta exposição, isto é, a protecção e a extensão externa do serviço público, atingimos o último ponto da acção externa que cai dentro do âmbito diplomático: o da promoção económica.

Os instrumentos económicos que a diplomacia pode e deve utilizar não são necessariamente destinados a servir de factor de pressão nas relações entre Estados. Ao ler-se sobre relações internacionais tem-se por vezes a impressão de que é maior a audiência a tudo o que diga respeito à guerra, às tensões e crises, à ameaça de guerra ou às negociações para a conter. A política externa existiria e formular-se-ia em função desse tipo de relacionamento entre povos e Estados, e que fora desse contexto de crise, de guerra não declarada, só esporadicamente se poriam algumas outras questões.

Embora as tensões do sistema no seu conjunto nos toquem e sobre elas tenhamos que nos pronunciar, e os programas da política externa portuguesa são disso testemunho, até porque pertencemos a um bloco de defesa e até porque, feliz ou infelizmente, ocupamos uma posição estratégica particular, não devemos circunscrever-nos, e não o fazemos aliás, a estudar a diplomacia contemporânea no seu aspecto mais espectacular, o de tentar controlar e conduzir o conflito permanente das grandes ideologias e dos grandes complexos industriais e de interesse de classe que atrás deles se acantonam. Devemos ver estas questões, quase diria predominantemente, no que, no dia a dia, nos diz estrito respeito: as instruções do MNE para Tóquio ou Bruxelas, Luanda ou Brasília, Cairo ou Lagos, Pequim e Nova Iorque, CEE e EFTA ou FAO. E ainda o que significa, ou deverá significar, o que o MNE recebe desses olhos e ouvidos em terra estranha.

É, aí, nos grandes conjuntos internacionais e, nas capitais importantes e nas mais modestas, é aí que se desenvolve a actividade normal do Estado português, por entre tarefas e preocupações onde joga com interesses e objectivos a mais das vezes distantes da tensão criada entre e pelas superpotências. Para a maioria dos países, hoje, são as agudas realidades da luta pela sobrevivência económica que cada vez mais centram as atenções dos seus governantes.

Para as pequenas e médias nações se põe, por conseguinte, um tremendo desafio: quanto menores forem os seus recursos, maior inteligência e determinação deverão ser postos no seu coordenado aproveitamento. Para além das escaramuças económicas que se travam certos países para a conquista de mercados, a negociação económica representa um elemento importante na aproximação dos povos e tem hoje uma expressão de insofismável importância: referimo-nos à cooperação.

Creemos que a diplomacia económica tem hoje papel de primeira ordem na vida dos Estados. É ainda aí que se põem desafios curiosos quanto a competências entre o diplomata e o técnico. Desafio, porém, que nunca deve perder de vista o interesse primeiro do Estado e a verdade simples de que é na conjugação das suas capacidades que deve encontrar-se o equilíbrio e, mais importante, as melhores condições de êxito.

## CONCLUSÃO

Já o dissemos antes, mas atrevemo-nos a recordá-lo nesta conclusão: mesmo os Estados mais poderosos e, podemos dizê-lo, os dois grandes poderes desta segunda metade do século, mesmo esses, não se podem permitir o luxo de estratégias independentes, única e exclusivamente marcadas por influências de dados nacionais. A par desse problema de dependência estratégia, surge o dos custos inoportáveis dos armamentos sofisticados surgidos depois do Oum Kippur. Daí que a política externa tenha de inscrever nas suas prioridades a busca de enquadramentos, e sequente consolidação, que respeitando a idiossincracia nacional, o tipo de civilização geral em que a nacional se insere, o esquema económico em que a sua gente está mais habituada a girar, melhor assegure a integridade e o desenvolvimento nacionais.

Mas temos ainda que jogar com o outro dado da realidade internacional actual: o da interdependência crescente dos Estados para além das questões de defesa e segurança, não só o entrelaçamento se faz mais vasto no espaço como na densidade da trama que se tece.

Os campos civil, militar e diplomático devem estar sempre em contacto e em alerta, para que, numa visão de defesa (e haverá que reconhecer-se a seu tempo que essa será a única válida) se faça a conjugação de ideias e esforços como forma de prover o país com orientações que tenham em mira os interesses reais vitais a defender e a desenvolver.

Isto é, na vida corrente do Estado devemos explorar todas as potencialidades internas e todas as oportunidades externas para aumentar a nossa capacidade de resistência à terrível usura deste Mundo actual.

E à diplomacia, pelos seus canais mais próprios e nobres, os dos contactos permanentes e da negociação persistente bilateral ou colectiva, caberá a tarefa de trazer para o Estado as condições que, na dignidade desejável, ofereçam o apoio externo possível à sobrevivência nacional. E essas condições, se por um lado significam a inclusão em sistemas colectivos de defesa ou no entrelaçamento de alianças, repousam fundamentalmente no esforço próprio, em primeiro lugar, e depois na esclarecida definição das necessidades a satisfazer para além do espaço nacional. E para que este segundo prato da balança — o do campo externo — não pese de tal ordem que a vergonha se torne um dado insustentável, e até porque não há razões para se chegar a isso, haverá que sopesar, repetimos, todas as

nossas potencialidades, e paulatinamente, disciplinadamente, com firmeza e flexibilidade, jogá-las na mesa das negociações que jamais se concluirão, posto que o devir nacional é um ajustar constante que não se compadece com datas de Acordos já firmados. Daí por conseguinte, que se pense que à diplomacia caberá, no foro próprio, aproveitar todas as potencialidades que a posição estratégica nos oferece, mantendo-se atenta a todas as mutações para que no flexível jogo das interdependências políticas e económicas saquemos o que mais nos convenha. Mas não devemos deixar a outros que nos defendam. Nem devemos supor que somos menos capazes do que outros. Nem sequer acreditar que alguns são mais nossos amigos do que lhes convém. Sem nos querermos envolver em juízos de valor, antes apontar factos, diremos que ainda não há muito tempo fomos uma Nação que por largo período de tempo demonstrou uma força que lhe permitiu colocar e manter as suas concepções, que repito, não se julgam aqui, mesmo nas condições internacionais mais adversas.

Para culminar penso que traduzirei os meus sentimentos e ideia, não tanto de elogio de uma carreira ou de uma actividade, antes de derradeiro retoque, que a cor predominante faça sobressair, se disser parafraseando um autor europeu, que entre a guerra e a paz, e nas pisadas da política, a diplomacia se afirma como a forma humana e civilizada de conduzir os negócios entre os Estados. A sua tarefa não é fácil, a mais das vezes, nem agradável, apesar do brilho dos salões e das recepções oficiais ou do mundanismo dos campos de golfe. Mas significará sempre que a barbarie não é a senhora do Mundo enquanto houver uma réstea daquele elevado espírito que estatui que até o inimigo, vencido, deverá ser respeitado, tratado com generosidade e honras apropriadas. Dessa forma as relações internacionais não se converterão em lutas da selva, movidas pelo instinto elementar, antes, mercê da chave do entendimento que é a diplomacia, poderão esperar um futuro de cooperação e solidariedade.

Mas não posso resistir a dar-vos ainda referência da passagem do discurso, em Dezembro de 1930, do Núncio em Paris ao Presidente da República francesa. Atentem a mensagem generosíssima que contém as palavras do que foi depois João XXIII, Papa, naquele sombrio Dezembro de 1930: «O bom trabalho diplomático é um dos serviços mais nobres e mais preciosos que um cidadão pode ser chamado a realizar para o interesse comum da sua pátria e de todas as Nações; serviço de todos os

dias, inspirado pelo temor a Deus e o amor dos homens, e empresa de prudência, de calma e tranquilidade e perseverança.»

*Luís Gonzaga-Ferreira*

**OBRAS CONSULTADAS:**

LA NEGOCIATION INTERNATIONALE, PRINCIPES ET METHODES, ALAIN PLANTEY  
— EDITIONS DU CNRS.

INTERNATIONAL RELATIONS IN A CHANGING WORLD, JOSEPH FRANKEL.

MANUEL PRATIQUE DE PROTOCOLLE, P. DE FOUQUIERES — EDITIONS DE L'AR-  
QUEBUSE.

LA SCIENSE POLITIQUE — diversos autores — HACHETTE.

LA DIPLOMACIA — HAROLD NICOLSON — FONDO DE CULTURA ECONOMIA — MÉ-  
XICO — BUENOS AIRES.

GUERRA Y DIPLOMACIA — M. FRAGA IRIBARNE — EDICIONES EUROPA, MADRID.

A DIPLOMACIA PURA, JOSÉ CALVET DE MAGALHÃES — ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA  
PARA O ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.

LA DIPLOMATIE, JACQUES CHAZELLE — PRESSES UNIVERSITAIRES DE FRANCE.